



**ESTADO DO AMAPÁ  
CÂMARA MUNICIPAL DE SANTANA  
COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS**

**PARECER Nº 023/2023**

Da **COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS**, em decisão terminativa, ao Projeto de Lei que "Dispõe sobre a estimativa de receita e fixa a despesa do Município de Santana para o exercício financeiro de 2024".

**I – RELATÓRIO**

O presente parecer tem por objeto analisar a legalidade e constitucionalidade do Projeto de Lei - PL \_\_\_\_/2023, de autoria do chefe do Poder Executivo Municipal, que dispõe sobre a estimativa de receita e fixa a despesa do Município de Santana para o exercício financeiro de 2024.

O texto legal a ser votado se encontra distribuído em 11 (onze) artigos e anexos, elaborados de acordo com o que preceitua o § 2º, inciso II do art. 165 da Constituição Federal, de 05 de outubro de 1988, o art.4 da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000, que é a Lei da Responsabilidade Fiscal, e no disposto na Lei Federal 4.320/1964, que dispõe sobre o direito financeiro além de observar o disposto nas regras técnicas estabelecidas pelo Tesouro Nacional, no dispositivos da Lei Orgânica do Município e no Regimento Interno desta Casa Legislativa.

**É sucinto relatório. Passamos a análise da Comissão**



ESTADO DO AMAPÁ  
CÂMARA MUNICIPAL DE SANTANA  
COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

PARECER Nº 12023

Da COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS, em decisão  
terminativa, ao Projeto de Lei que dispõe sobre a estimativa de  
receita e fixa a despesa do Município de Santana para o  
exercício financeiro de 2024.

I - RELATÓRIO

O presente parecer tem por objeto analisar a legalidade e  
constitucionalidade do Projeto de Lei - PL 12023, de autoria do chefe do  
Poder Executivo Municipal, que dispõe sobre a estimativa de receita e fixa a  
despesa do Município de Santana para o exercício financeiro de 2024.

O texto legal a ser votado se encontra distribuído em 11 (onze) artigos e  
anexas, elaborados de acordo com o que prescreve o § 2º, inciso II do art. 163  
da Constituição Federal, de 05 de outubro de 1988, o art. 4 da Lei Complementar  
Federal nº 101, de 4 de maio de 2000, que é a Lei de Responsabilidade Fiscal, e  
no disposto na Lei Federal A 3201/964, que dispõe sobre o direito financeiro alem  
de observar o disposto nas regras técnicas estabelecidas pelo Tesouro Nacional,  
no dispositivos da Lei Orgânica do Município e no Regimento Interno desta Casa  
Legislativa.

É o acórdão relatado. Passando a análise da Comissão.



**ESTADO DO AMAPÁ  
CÂMARA MUNICIPAL DE SANTANA  
COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS**

## **II- DA COMPETÊNCIA LEGISLATIVA**

No que se refere à competência do Município, o presente projeto versa em face do interesse local, encontrando amparo no art. 30, I da Constituição Federal, e nos art. 40, § 2º, da Lei Orgânica do Município.

Portanto, nos termos da Lei Orgânica do Município de Santana, o Chefe do Poder Executivo, possui competência privativa para iniciar processo legislativo no que se refere a dispor sobre as diretrizes orçamentárias para - LDO, para o ano de 2024.

Desta maneira, feitas as considerações sobre a competência legislativa, não há no que se falar em vício de iniciativa e competência no referido Projeto de Lei, inexistindo óbices Constitucionais ou legais no tocante à competência e iniciativa a Comissão opina favorável pelo prosseguimento e da tramitação do Projeto de Lei.

## **III – DO MÉRITO DO PROJETO DE LEI**

O projeto de lei, ora analisado, visa estimar a Receita e fixar as despesas do Município de Santana, para o exercício financeiro de 2024, sendo pautado na análise criteriosa das demandas da comunidade e nas diretrizes estabelecidas pelo Plano Plurianual e pela Lei de Diretrizes Orçamentárias. A proposta orçamentaria apresentada, busca equilibrar as necessidades essenciais da população com as limitações financeiras do município, assim, visando promover o desenvolvimento socioeconômico de forma sustentável e promissora.

O projeto de lei cita dispositivos relacionados aos seguintes aspectos:

☐ **DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 1º

☐ **DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

Art. 2º ao Art. 11.





ESTADO DO AMAPÁ  
CÂMARA MUNICIPAL DE SANTANA  
COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

II - DA COMPETÊNCIA LEGISLATIVA

No que se refere a competência do Município, o presente projeto versa em favor de interesse local, encontrando amparo no art. 30, I da Constituição Federal, e nos arts. 40, § 2º, da Lei Orgânica do Município.

Portanto, nos termos da Lei Orgânica do Município de Santana, o Chefe do Poder Executivo possui competência privativa para iniciar processo legislativo no que se refere a dispor sobre as diretrizes orçamentárias para o LDO, para o ano de 2024.

Desta maneira, feitas as considerações sobre a competência legislativa, não há no que se trata em vício de iniciativa e competência no referido Projeto de Lei, inexistindo óbices Constitucionais ou legais no tocante à competência e iniciativa a Comissão opinar favorável pelo prosseguimento e da tramitação do Projeto de Lei.

III - DO MÉRITO DO PROJETO DE LEI

O projeto de lei ora analisado, visa estimar a Receita e fixar as despesas do Município de Santana, para o exercício financeiro de 2024, sendo pautado na análise criteriosa das demandas da comunidade e nas diretrizes estabelecidas pelo Plano Plurianual e pela Lei de Diretrizes Orçamentárias. A proposta orçamentária apresentada, busca equilibrar as necessidades essenciais da população com as limitações financeiras do município, assim, visando promover o desenvolvimento socioeconômico de forma sustentável e promissora.

O projeto de lei cita dispositivos relacionados aos seguintes aspectos:

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º

DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Art. 2º ao Art. 11



**ESTADO DO AMAPÁ**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE SANTANA**  
**COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS**

Visualizando assim a legislação pertinente no que tange aos requisitos básicos (anexos pertinentes e demonstrativos) para que a PL seja proposta e aprovada, ficará a cargo da Comissão de Orçamento e Finanças e Tributação, haja vista ser Comissão técnica para tal análise.

Não menos importante é salientar que cabe ao Poder Legislativo a aprovação do projeto de Lei em questão, que por certo tal atribuição está prevista no artigo 40 da Lei Orgânica Municipal que trata dos projetos relativos as Diretrizes Orçamentárias, conforme transcrevo para a melhor visualização:

*Art. 26 Os projetos de relativos ao Orçamento Anual, ao Plano Plurianual, as Diretrizes Orçamentárias e aos créditos adicionais serão apreciados pelo Poder Legislativo Municipal na forma do seu Regimento.*

*§ 1º Cabe a Comissão permanente de finanças e legislação da Câmara Municipal:*

*I – Examinar e emitir parecer sobre projetos; planos e programas, bem como sobre as contas apresentadas pelo Prefeito Municipal.*

Cabe ressaltar que o artigo supramencionado também contempla que o projeto de Lei deve ser apreciado pela Comissão de Finanças e Legislação da Câmara e Legislação da Câmara, sem o prejuízo da atuação das demais comissões, contudo vale destacar que a referida PL é elaborada com base no PPA e orienta a Lei Orçamentária do Exercício subsequente.

Após devidamente instruído pelas Comissões, na forma Regimental, o projeto deverá ser incluído na pauta para a votação plenária.

No presente caso, verifica-se que o Projeto de Lei oriundo do Poder Executivo Municipal de Santana, cumpre com os requisitos básicos, dispondo da matéria exigida por lei, estando apto a ser submetido apreciação do Plenário e aprovado em dois turnos, se for o caso, devendo, depois de aprovado, ser devolvido ao Poder Executivo para a Sanção.



ESTADO DO AMAPÁ  
CÂMARA MUNICIPAL DE SANTANA  
COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

Visualizando assim a legislação pertinente no que tange aos requisitos básicos (anexo-pertinentes e demonstrativos) para que a PL seja proposta e aprovada, ficará a cargo da Comissão de Orçamento e Finanças e Tributação, haja vista ser Comissão técnica para tal análise.

Não menos importante é salientar que cabe ao Poder Legislativo a aprovação do projeto de lei em questão, que por certo tal atribuição está prevista no artigo 40 da Lei Orgânica Municipal que trata dos projetos relativos às Diretrizes Orçamentárias, conforme transcrevo para a melhor visualização:

Art. 26 Os projetos de relativos ao Orçamento Anual, ao Plano Plurianual, às Diretrizes Orçamentárias e aos créditos adicionais serão apreciados pelo Poder Legislativo Municipal na forma do seu Regimento.

§ 1º Cabe à Comissão permanente de finanças e legislação da Câmara Municipal:

I - Examinar e emitir parecer sobre projetos, planos e programas, bem como sobre as contas apresentadas pelo Prefeito Municipal.

Cabe ressaltar que o artigo supramencionado também contempla que o projeto de lei deve ser apreciado pela Comissão de Finanças e Legislação da Câmara e Legislação da Câmara, sem o prejuízo da atuação das demais comissões, contudo vale destacar que a referida PL é elaborada com base no PPA e orienta a Lei Orçamentária do Exercício subseqüente.

Após devidamente instruído pelas Comissões, na forma Regimental, o projeto deverá ser incluído na pauta para a votação plenária.

No presente caso, verifica-se que o Projeto de Lei oriundo do Poder Executivo Municipal de Santana, cumpre com os requisitos básicos, dispondo da matéria exaustiva por ter estando apto a ser submetido apreciação do Plenário e aprovada em dois turnos, se for o caso, devendo, depois de aprovado, ser devolvido ao Poder Executivo para a Sanção.





**ESTADO DO AMAPÁ  
CÂMARA MUNICIPAL DE SANTANA  
COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS**

Por fim, comissão, sendo competente para se pronunciar sobre a parte de cunho contábil e financeiro, não detectou impedimentos incidentes sobre a propositura deste Projeto de Lei.

No mais, salientamos a importância dos senhores vereadores analisarem com atenção os anexos, constantes do Projeto de Lei, tendo em vista que são de suma importância para a tomada de decisão.

Seguem parecer dessa comissão para análise, consideração e posteriores providências cabíveis.

#### **IV – CONCLUSÃO**

EX POSITIS, do ponto de vista da Constitucionalidade, Legalidade, Juridicidade a adequação à técnica legislativa, bem como em face a inexistência de óbices, a Comissão Finanças e Orçamento, manifesta pela **APROVAÇÃO** ao Projeto de Lei nº \_\_\_\_/2023, devendo o mesmo ser submetido a discussão e votação, necessitando para a sua aprovação, voto favorável da maioria dos membros da Câmara Municipal.

No que tange ao mérito, ou seja, a verificação da existência de interesse público, caberá a todos os nobres pares no uso da função legislativa, verificar a viabilidade ou não desta preposição, respeitando-se para tanto as formalidades legais e regimentais.

Este é o parecer, salvo melhor juízo.

Comissão de Finanças e Orçamento, 16 de outubro de 2023

#### **VOTOS PELA APROVAÇÃO**

Vereador Adelson de Rocha – PCdoB

**PRESIDENTE**



ESTADO DO AMAPÁ  
CÂMARA MUNICIPAL DE SANTANA  
COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

Por fim, comissão, sendo competente para se pronunciar sobre a parte de  
controle contábil e financeiro, não detectou impedimentos incidentes sobre a  
propositura deste Projeto de Lei.  
No mais, salientamos a importância dos aspectos verbaux analisados  
com atenção os anexos constantes do Projeto de Lei, tendo em vista que são  
de suma importância para a tomada de decisão.  
Seguem parecer dessa comissão para análise, consideração e  
posteriores providências cabíveis.

IV - CONCLUSÃO

EX-POSITO, do ponto de vista da Constitucionalidade, legalidade,  
juridicidade e adequação à técnica legislativa, bem como em face da inexistência  
de óbices, a Comissão Finanças e Orçamento manifesta pela APROVAÇÃO do  
Projeto de Lei nº \_\_\_\_/2023, devendo o mesmo ser submetido a discussão e  
votação, necessitando para a sua aprovação, voto favorável da maioria das  
membros da Câmara Municipal.  
No que tange ao mérito, ou seja, a verificação da existência de interesse  
público, caberá a todos os nobres pares no uso da função legislativa, verificar a  
viabilidade ou não desta proposição, respeitando-se para tanto as formalidades  
legais e regimentais.  
Este é o parecer, salvo melhor juízo.

Comissão de Finanças e Orçamento, 16 de outubro de 2023.

VOTOS PELA APROVAÇÃO

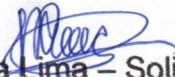
Vereador Adelson de Rocha - PCdoB

PRESIDENTE



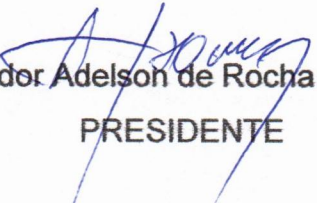


**ESTADO DO AMAPÁ  
CÂMARA MUNICIPAL DE SANTANA  
COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS**

  
Vereadora Helena Lima – Solidariedade  
**RELATOR**

  
Vereador Luizinho de Santana - PRB  
**MEMBRO**

**VOTOS PELA REJEIÇÃO**

  
Vereador Adelson de Rocha – PCdoB  
**PRESIDENTE**

Vereadora Helena Lima – Solidariedade  
**RELATOR**

Vereador Luizinho de Santana - PRB  
**MEMBRO**



ESTADO DO AMAPÁ  
CÂMARA MUNICIPAL DE SANTANA  
COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

Vereador Helena Lima – Solidariedade

RELATOR

Vereador Luizinho de Santana - PRB

MEMBRO

VOTOS PELA REJEIÇÃO

Vereador Adelson de Rocha – PCdoB

PRESIDENTE

Vereador Helena Lima – Solidariedade

RELATOR

Vereador Luizinho de Santana - PRB

MEMBRO